



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**REQUERIMENTO N<sup>º</sup> 247, DE 2009**  
**(Do Sr. Severiano Alves)**

Requer a realização de Seminário com a presença dos representantes brasileiros na Organização Mundial do Comércio, no Fundo Monetário Internacional e no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, com a finalidade de discutir a crise econômica mundial e seus impactos sobre o Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno, a realização de seminário nesta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com a presença dos representantes brasileiros na Organização Mundial do Comércio, no Fundo Monetário Internacional e no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), com finalidade de discutir, sob a perspectiva dessas organizações internacionais, a crise econômica mundial e seus impactos sobre o Brasil.

## JUSTIFICAÇÃO

Em recente declaração, proferida na cidade de Seul<sup>1</sup>, Pascal Lamy, Diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, afirmou que o mundo está passando pela pior recessão econômica desde a Segunda Guerra Mundial; que nenhum país está imune à crise; que o comércio está encolhendo, o crescimento está em declínio e o desemprego está crescendo. Essa declaração do Diretor-geral da OMC sintetiza, com precisão, a gravidade, a amplitude e os efeitos da crise econômica e financeira global.

Declarações recentes dos Diretores da OMC, do FMI e do Banco Mundial revelam a percepção de que o combate à crise demanda a adoção medidas multilaterais, coordenadas e urgentes pelos países afetados. Exemplo mais evidente dessa percepção está contida na declaração do Diretor-geral da OMC, que anuncia o desejo da OMC, do FMI e do Banco Mundial de criarem uma câmara de liquidez (liquidity pool).

Além disso, as referidas organizações têm sugerido medidas específicas de enfrentamento da crise, relacionadas ao respectivo âmbito de atuação. O Banco Mundial, por exemplo, propõe que os governos mantenham seus compromissos com a parcela mais vulnerável da população, e sugere a criação de um “fundo de vulnerabilidade”. O FMI defende a adoção de medidas de natureza fiscal. A OMC, por seu turno, recomenda o urgente saneamento dos balanços dos bancos, bem como solicita aos governos transparência no que se refere aos planos individuais de estímulo econômico e que tais planos estejam integrados a um esforço global.

Assim, com o objetivo de discutir, com profundidade, a crise financeira global e seus impactos sobre o Brasil, propomos a realização de seminário com a presença dos representantes brasileiros com assento na Organização Mundial do Comércio, no Fundo Monetário Internacional e no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).

---

<sup>1</sup>Fonte: [http://netmarinha.uol.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=11144:omc-espera-que-g20-financeiro-faca-acoes-contra-a-crise&catid=15:outras&Itemid=7](http://netmarinha.uol.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11144:omc-espera-que-g20-financeiro-faca-acoes-contra-a-crise&catid=15:outras&Itemid=7). Acesso em 23/03/09.

Questão que deverá ser enfrentada por cada um dos convidados diz respeito à capacidade da OMC, do FMI, do Banco Mundial e de outras organizações internacionais congêneres de agir, com eficiência, diante da crise, valendo-se do arcabouço jurídico que as regula e das regras vigentes de direito internacional.

Além de permitir a exata compreensão da crise sob a ótica da OMC, do FMI e do Banco Mundial, e de que forma o Brasil vem contribuindo para as discussões no âmbito dessas organizações internacionais, as informações trazidas pelos referidos convidados poderão servir de base para o encaminhamento de futuras proposições legislativas tendentes a amenizar os efeitos da crise.

Em face do exposto, requeiro o apoio dos ilustres membros desta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no sentido de aprovar o requerimento ora apresentado.

Sala da Comissão, em 25 de março de 2009.

Deputado SEVERIANO ALVES